

### MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Coronel Chagas  
*Suplentes:*  
1º - Deputado George Melo  
2º - Deputada Aurelina Medeiros

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Marcelo Natanael

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado George Melo

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Jean Frank

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Remídio Monai

**Atos Administrativos**

Resoluções de Afastamentos nº 518 e 519/2012 2

**Atos Legislativos**

Projeto de Decreto Legislativo nº 012/12 2

Requerimento nº 053/2012 2

Ata da 2167ª Sessão Ordinária - Sucinta 3

Ata da 2155ª Sessão Ordinária na Íntegra 3

 Ata de Reunião da Comissão Especial Externa  
 - Resolução nº 021/12 8

Ata de Reunião das Comissões em Conjunto 8

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
 Gerente de Documentação Geral

 FLAVIA DAYANE DOS SANTOS SILVA  
 Diagramação

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretária e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 518/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **DILMÁRIO MESQUITA DA SILVA, Matrícula 013115**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 11.12 a 20.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atribuições funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de dezembro de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**
**Deputado JALSER RENIER PADILHA**
**1º Secretário**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 519/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **RÚBIA VIEIRA DA CUNHA, Matrícula 001826**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 13.12 a 21.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atribuições funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**ATOS LEGISLATIVOS**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

GERÊNCIA DE APOIO À COMISSÕES

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 021/2012, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 025/12.**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/12.**

 Aprova o afastamento do Senhor **Jorge Everton Barreto Guimarães**, do Cargo de Diretor-Presidente do DETRAN-RR.

**A COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 021/12, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 025/12 DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** É determinado o afastamento imediato do Senhor **Jorge Everton Barreto Guimarães**, do cargo de Diretor-Presidente do Departamento estadual de Transito - DETRAN-RR, por infringir as disposições normativas constantes do inciso II, § 1º, do art. 31 da Constituição Estadual.

**Art. 2º** Deixando de comparecer e prestar esclarecimentos e informações escritas ao Poder Legislativo Estadual, quando convocado regularmente, aquele servidor descumpriu princípios da legalidade e moralidade, aplicadas à Administração Pública constantes no art. 37 caput da Constituição Federal, c/c o art. 4º, da Constituição do Estado.

**Art. 3º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 11 de dezembro de 2012.

**Flamarion Portela**

Presidente

**Naldo da Loteria**

Vice-Presidente

**Soldado Sampaio**

Membro

**Coronel Chagas**

Relator

**George Melo**

Membro

**REQUERIMENTOS**
**REQUERIMENTO Nº 053/12**

Excelentíssimo Senhor

**Deputado CHICO GUERRA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente:

 Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com os incisos XIII e XVII do art. 196, c/c alínea "f" do art. 248, todos do Regimento Interno, requerem a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 11/12/12 em turno único, das seguintes Proposições: **Projeto de Lei nº 062/12**, "Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito interna junto à Caixa Econômica Federal destinada ao aporte de capital e pagamento de obrigações junto à Companhia Energética de Roraima s/a - CERR, mediante garantia da união e dá outras providências", **Projeto de Lei nº 063/12**, "Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito interna junto à Caixa Econômica Federal destinada a sanar débitos junto ao sistema ELETROBRÁS, mediante garantia da União e dá outras providências", **Projeto de Lei nº 065/12**, "Dispõe sobre a transferência de patrimônio público estadual especificado em favor da Companhia Energética de Roraima - CERR e dá outras providências", **Projeto de Lei nº 066/12**, "Autoriza o Poder Executivo a alienar ações da Companhia Energética de Roraima - CERR e dá outras providências", **Projeto de Lei nº 067/12**, "Dispõe sobre a criação do Fundo de Aporte à Companhia Energética de Roraima - FUNACERR e dá outras

providências”, todos de autoria Governamental.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2012.

**Deputados**

## ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

### ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia onze de dezembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sexagésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Ionilson Sampaio, proceder à leitura das Atas das Sessões anteriores, que foram lidas e aprovadas na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalsner Renier, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDOS DOS DEPUTADOS: Memo nº 101/12, DE 05/12/12, do Deputado Brito Bezerra, informando que dia 06/12/12 estará participando da II Mostra Acadêmica com o tema: Aproximando a Universidade da sociedade por meio de Ensino, da Pesquisa e Extensão, da UERR, no município de Rorainópolis. Memo nº 056/12, de 05/12/12, do Deputado Marcelo Natanael, comunicando sua ausência à sessão plenária do dia 06/12/12. Memo nº 039/12, de 05/12/12, do Deputado Francisco de Assis da Silveira, comunicando sua ausência à sessão plenária do dia 05/12/12. Memo nº 040/12, de 05/12/12, do Deputado Francisco de Assis da Silveira, comunicando sua ausência à sessão plenária do dia 06/12/12. Ofício nº 002/12, de 06/12/12, do Deputado Naldo da Loteria, comunicando sua ausência à sessão plenária dos dias 06 e 07 do corrente. Ofício nº 080/12, de 06/12/12, do Deputado Gabriel Picanço, comunicando sua ausência às sessões plenárias dos dias 11 e 12 do corrente. Projeto de Lei nº 014/12, de 11/12/12, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz que, “Dá nova Redação ao §2º e §3º e inclui o §4º no Art. 80 da Lei Complementar nº 053, de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima e dá outras providências.” RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental nº 057/12, de 06/12/12, encaminhando para apreciação desta Augusta Casa o Projeto de Lei que “Altera a Lei nº 664, de 08/04/2008, que dispõe sobre a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR.” Mensagem Governamental nº 058/12, de 07/12/12, encaminhando para apreciação desta Augusta Casa Legislativa, o nome do Dr. Paulo Sérgio Oliveira de Sousa, indicado para exercer o cargo de Procurador-Geral de Contas do Estado de Roraima.” Mensagem Governamental nº 059/12, de 07/12/12, encaminhando à deliberação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei que, “Aprova a Prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação e Promoção de Investimentos – SEAPI”. Mensagem Governamental nº 060/12, de 10/12/12, encaminhando para apreciação desta Augusta Casa Legislativa os Projetos de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito Interna junto à Caixa Econômica Federal, destinada ao aporte de capital e pagamento de obrigação junto à Companhia Energética de Roraima S/A – CERR, mediante a garantia da União, e dá outras providências”; Projeto de Lei que, “Autoriza o Poder Executivo a Alienar Ações da Companhia Energética de Roraima S/A. e dá outras providências, e Projeto de Lei que “Dispõe sobre a criação do Fundo de Aporte à Companhia Energética de Roraima S/A. – FUNACERR, e dá providências”. Mensagem Governamental nº 061/12, de 10/12/12, encaminhando para apreciação desta Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei que, “Autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito Interna junto à Caixa Econômica Federal, destinada a sanar débitos junto ao sistema Eletrobras, mediante garantia da União, e dá outras providências”. Mensagem Governamental nº 062/12, de 10/12/12, encaminhando para apreciação dessa Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei que “Altera o Plano Plurianual 2012-2015. Mensagem Governamental nº 063/12, de 10/12/12, encaminhando para apreciação dessa Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei que, “Transfere a Companhia Energética de Roraima – CERR, as redes de distribuição de energia elétrica, de propriedade do Estado de Roraima”, conforme descritas em anexo. EXTERNOS: Ofício nº 303/12, de 22/11/12, da Procuradoria Geral de Justiça, encaminhando ofício anexo. Ofício nº

492/12/2ªPRCível/MP/RR, da lavra do Promotor de Justiça da 2ª Promotoria Cível da Comarca de Boa Vista, Dr. Isaias Montanari Júnior, para conhecimento e providências pertinentes. Ofício nº 32/2012, de 28/11/12, do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, informando que no dia 23/11/12 realizou-se na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o fórum “Desenvolvimento, Federalismo e Dívida dos Estados”. Ofício nº 214/12, de 04/12/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade. Ofício nº 248/12, de 10/12/12, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Roraima, encaminhando para análise, proposta de sugestões de melhoramento do Protocolo de Intenção de Encampação da CERR. GRANDE EXPEDIENTE: Não houve Orador. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 062/12, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna junto à Caixa Econômica Federal, destinada ao aporte de capital e pagamento de obrigações junto à Companhia Energética de Roraima S/A. – CERR, mediante garantia da União, e dá outras providências;” de autoria governamental. Projeto de Lei nº 063/12, em turno único, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna junto à Caixa Econômica Federal, destinada a sanar débitos ao Sistema Eletrobras, mediante garantia da União, e dá outras providências;” de autoria governamental. Projeto de Lei nº 065/12, em turno único, que “Dispõe sobre a Transferência de Patrimônio Público Estadual Especificado, em favor da Companhia Energética de Roraima – CERR;” de autoria governamental. Projeto de Lei nº 066/12, em turno único, que “Autoriza o Poder Executivo a alienar ações da Companhia Energética de Roraima S/A. – CERR, e dá outras providências;” de autoria governamental. Projeto de Lei nº 067/12, em turno único, que “Dispõe sobre a criação do Fundo de Aporte à Companhia Energética de Roraima S/A. – FUNACERR, e dá outras providências”, de autoria Governamental. Prosseguindo, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto pudessem emitir Parecer aos referidos Projetos. Após o tempo necessário o Senhor Presidente reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 062/12, juntamente com o parecer das comissões em conjunto. Colocado em discussão e votação o projeto foi aprovado por 12 votos sim e 3 não. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 063/12, juntamente com o parecer das comissões em conjunto. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado por 12 votos sim e 3 não. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 065/12, juntamente com o parecer das comissões em conjunto. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado por 12 votos sim e 3 não. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 066/12, juntamente com o parecer das comissões em conjunto. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado por 12 votos sim e 3 não. Dando seguimento, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 067/12, juntamente com o parecer das comissões em conjunto. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado por 12 votos sim e 3 não. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Não houve. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o próximo dia 12 à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.** Aprovada em: 12/12/12

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2155ª SESSÃO, EM 07 DE NOVEMBRO 2012.  
 44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA**

( Em exercício )

Às nove horas do dia sete de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima

quingentésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra para atuar como Segundo Secretário Ad hoc, e o Senhor Deputado Erci de Moraes para atuar como Primeiro Secretário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Erci de Moraes) - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Brito Bezerra) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Eu observei que deve ser feita uma correção na Ata. Eu até peço desculpas porque me deram a Ata para ler, mas o final eu nem li, li somente a essência. Quando eu disse que há 16 assinaturas é no Requerimento para regulamentação da Lei da Emenda Jalser Renier. Em momento nenhum eu falei quantas assinaturas existiam no Requerimento de Pedido de CPI, até porque naquele instante nem eu mesmo tinha assinado. Não havia nenhuma assinatura no pedido de CPI. Gostaria que fizessem essa correção, pois as 16 assinaturas são do Requerimento para regulamentar a Lei Jalser Renier. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Eu peço à assessoria taquigráfica que faça a correção na Ata.

Não havendo mais quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Erci de Moraes) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

#### RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Requerimento nº 003/12, de 06/11/12, do Deputado Joaquim Ruiz - Presidente da Comissão Especial Externa Criada nos Termos da Resolução nº 003/12, solicitando prorrogação de prazo para seu funcionamento, por igual período.

-Ofício nº 034/12, de 05/11/12, de autoria dos Deputados Joaquim Ruiz – Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde e Ângela Águida Portella – Presidente da ESCOLEGIS, informando que realizará reunião no dia 07/11/12, às 15 horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Joaquim Ruiz) procede à chamada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes em nossa Sessão. Existem, na Mesa, dois projetos de alta relevância, Deputado Brito, Vossa Excelência que é líder da oposição, que cria o centro de dados para que a Secretaria de Saúde do nosso Estado possa realizar transplantes, pois somente no Amapá e em Roraima ainda não existe esse centro. Eu só não retirei o meu nome, porque acho de suma importância esse Projeto que está para ser votado, pois muitas vidas já se foram aqui em nosso Estado, porque não há tempo para esperar o transplante. Muitas vezes, nem uma UTI do Ar vai resolver o deslocamento do paciente para outros Estados distantes que fazem esse procedimento. O Amazonas já começou a fazer cirurgias de transplante há uns quatro anos atrás. Rondônia e Acre implantaram no ano passado. E, em todo o Brasil, falta apenas Roraima e Amapá. E o pontapé inicial é exatamente o que nós vamos fazer daqui a pouco, votando esse projeto.

Por outro lado, eu não vejo, Deputado Célio, Vossa Excelência que não é a princípio favorável à criação do curso de Medicina, o Governo com bons olhos para a implantação desse curso. Eu andei por esse Brasil afora, enquanto Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Célio, e fui em vários Estados onde existem cursos de medicina na

Universidade Estadual com o objetivo claro de resolver o problema da falta de médico nos municípios dos Estados, um projeto a longo prazo. Medicina é Saúde, vocês sabem. Você que é médico, e me desculpe pelo termo você, mas o uso, pela amizade, sabe que saúde pública não se faz num projeto de menos de 10 anos. Se nós criássemos o curso de Medicina no próximo ano, esse projeto começaria a dar resultado daqui a uns 10 anos. E, pelo que eu estou vendo, não criação não justifica a contensão de gastos, porque investir em educação não é gasto, é investimento. E o Deputado está falando em saúde sim, pois é um curso de educação na área de saúde, numa universidade do Estado, direcionado para a área de saúde. E porque eu digo que se não tomarmos uma decisão, se o Governo do Estado não olhar para essa questão com carinho, nós vamos empurrar para mais 20, 25 anos a resolução do problema da saúde nos postos de saúde da capital, nos nossos hospitais, no interior do nosso Estado. Se nós criássemos o curso de Medicina na Universidade Estadual com um sistema de cota, Deputado Gabriel, Vossa Excelência, que veio do interior, como eu vim, uma cota de 50% das vagas para os alunos da rede pública dos municípios do interior de Roraima, com certeza, Deputado, daqui a uns 15 anos, nós teríamos médicos em todos os municípios de Roraima com especialização. Agora, com o que temos hoje, nós não resolvemos o problema de saúde nem aqui de Boa Vista. A nossa Universidade Federal exporta médico, pois dos que se formam aqui, poucos ficam em nosso Estado. E, geralmente, a maioria dos alunos são oriundos de outros Estados. O ENEM é extremamente perverso com os Estados com populações pequenas. Não dá para competirmos com os grandes centros, e não é porque nós somos menos estudiosos ou menos inteligentes do que os outros, mas, Deputado Marcelo, é como se você fosse fazer a prova da OAB, onde você vai competir aqui com 30, 40 pessoas, mas em São Paulo você compete com cinquenta mil. E o que faz o ENEM? Faz uma prova geral para todo o Brasil e o que tem a melhor nota em São Paulo pode optar por fazer o curso aqui, em Boa Vista, e aí eu não estou competindo com o melhor, estou competindo com cem mil estudantes no mesmo nível, e eu, aqui, com dez ou quinze competindo para o mesmo curso. É evidente que a minha possibilidade de passar no ENEM para fazer a minha faculdade aqui é infinitamente mais difícil do que a de cem mil alunos de São Paulo que fazem o ENEM em nível nacional, optando por Boa Vista. Então, precisamos rever a situação. E eu tenho dito, e sou criticado por isso, que o ENEM é o modelo do Brasil colônia, onde o colonizador dá oportunidade para os colonizados, mas os colonizados, para chegarem lá, a probabilidade é de a cada dez mil, chegar um. Por que o ENEM na realidade vai beneficiar outros Estados como o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, ou seja, Estados que têm uma população de estudantes significativa grande? Porque são os mais populacionais do nosso país. Foi o que aconteceu com a Universidade Federal do Amazonas, que teve que incluir o ENEM porque prejudicava os estudantes do Estado do Amazonas. Mas, eu nem quero me reportar a nossa Universidade Federal, quero me ater na Estadual. Imaginem um filho de colono, por exemplo, do Alto Alegre, passar no curso de medicina na nossa Universidade Estadual, porque o Governo, através da Universidade, está destinando 50% das vagas para os alunos que estudam nos municípios do interior do Estado de Roraima. É de se questionar como o Estado vai bancar esses alunos, para estudarem aqui na capital. Eu fui com o Deputado Gabriel na Casa do Estudante e, se nós a reformarmos e a transformarmos em um projeto específico para os cursos que não existem nos Municípios, e aí incluímos os cursos da Universidade Federal, resolveríamos os problemas dos estudantes dos Municípios do interior do nosso Estado, porque quem faz Engenharia Civil não tem como estudar em nenhum Município do interior, mas tendo a Casa do Estudante aqui, poderia estudar na nossa Universidade Federal. Qual é a outra vantagem do curso de medicina? Alegam que o custo de um médico para ser contratado como professor é caro. Eu fiz um levantamento de quantos Doutores temos, não estou falando de Mestres. Se nós pegarmos os Doutores, que são médicos concursados do Governo do Estado, com pós-doutorado, os que passaram no curso de enfermagem do nosso Estado, nós começaríamos o nosso curso de medicina na Universidade Estadual com 16 médicos Doutores. A nossa Universidade Federal que tem o curso de medicina há mais de 15 anos e não tem essa quantidade de Doutores. Então, já começaríamos um curso com mais Doutores do que o curso de medicina da Universidade Federal do Amazonas. Eu também levantei esses dados. Citei o Deputado Célio não em tom de crítica, e sim por ele ser médico, pois eu sou leigo no assunto. Aí, Deputado Célio Vossa Excelência pode chegar e dizer: aonde é que esses alunos vão estudar a parte prática? Gente! A

Universidade Federal, pelo que eu sei, não tem um hospital universitário, se nós transformarmos o nosso Hospital Geral em um Hospital Universitário, vamos receber o triplo do que nós recebemos do SUS, pois todo hospital universitário tem mais gasto com material para atender os alunos do curso de medicina. Eu não sabia disso! Descobri pesquisando, nas faculdades que eu tive essa informação. Então, até iria melhorar a situação do nosso hospital, porque passaríamos a receber mais recursos do SUS, iríamos melhorar o nosso curso de enfermagem, pois um curso desse eleva os demais, por conseguinte, melhorariamos o atendimento no interior do Estado, que é precário! Eu tenho coragem de chegar aqui e dizer para extinguirmos vários cursos da Estadual, esses que começam do nada e vão chegar a lugar nenhum. O Curso de Comércio Exterior por exemplo, nós não temos esse curso nem nas Universidades Federais e nem na Estadual do Amazonas, e olha o pólo industrial de Manaus, que é o quarto em eletroeletrônica do Brasil. Qual é o comércio exterior que fazemos no nosso Estado? Com a Guayana em Letem, ou com a Venezuela em Santa Helena. O aluno que passa no vestibular para o curso de Comércio Exterior, quando termina o curso não tem mercado de trabalho, não tem nem como prestar um concurso público, porque os 52% do nosso PIB vêm da área pública, como é que nós vamos abrir vagas em concurso público para o aluno que concluiu comércio exterior. Não tem! Esse é um curso que começa do nada e vai a lugar nenhum.

O Curso de Administração de Empresas já está saturado, porque toda universidade tem esse curso. Então, não justifica a Estadual ter esse curso. Eu tenho um sobrinho que está fazendo o Curso de Direito na Estadual. Esse curso poderia ser ofertado só no interior, porque aqui em Boa Vista a Federal, a Fares, a Atual e a Cathedral têm, então, não justifica. Deputado Marcelo, Vossa Excelência é Advogado. Em Roraima tem advogado topando no outro. O objetivo da nossa Universidade Estadual é priorizar o mercado de trabalho onde estamos precisando de mão de obra. Isso é o que o Deputado Brito vem sempre colocando aqui! As vagas que existem no mercado de trabalho, deveriam ser preenchidas por alunos da Universidade Estadual, que deveria ter essa alternativa nesse processo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Eu me lembro de uma audiência que tivemos com o Reitor Hamilton Gondim, à época Reitor da UERR. O discurso de Vossa Excelência é bonito, mas como faz parte do bloco do governo, do qual anteriormente eu fazia parte, isso é o Governo é só um discurso quando se vai falar com o Governador. Qual é o compromisso que o Governador tem com este Estado? Eu votei nele. Na campanha, olhem o que ele falava e vejam o nosso Distrito Industrial. Qual é a política que está sendo aplicada para reativar o Distrito? Lembraremos da época em que o Deputado Flamarion era Governador, o Distrito Industrial tinha as madeiras que exportavam para a Venezuela, tínhamos algum tipo de comércio. Hoje, que política o Governo está aplicando, que compromisso o Governador tem com o Estado? Infelizmente o discurso de Vossa Excelência vai ficar ao vento, porque quando é colocado para ele questões importantes é conversa de bandido para delegado. Eu concordo com Vossa Excelência, realmente aqui cada família tem um advogado, um administrador. Eu tenho duas irmãs formadas em administração, outra está se formando em contabilidade e não há mercado para isso. Que política está sendo aplicada para isso? Isso é uma forma de desabafo para a população entender porque eu não compactuei com isso. Infelizmente o discurso de Vossa Excelência vai se perder porque não tem ouvintes. Em Roraima estão se preocupando em matar a galinha e não em cuidar da galinha para fritar os ovos, essa é a verdade. É lamentável temos um governador sem compromisso como o nosso. Que legado ele vai deixar?

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Deputado, agradeço o seu aparte, mas quero lhe falar que o meu discurso tem ouvintes sim. Eu sou da geração do seu pai e tenho certeza que com o seu aparte os seus ouvintes vão fazer com que lá na frente o que estou falando hoje senhor fale, porque o Deputado vai ser reeleito várias vezes, se Deus quiser, e talvez quando eu já nem esteja mais aqui na terra, e sei que Vossa Excelência vai ficar aqui defendendo um projeto como esse para os seus filhos, para as gerações futuras.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero, primeiro, me somar a Vossa Excelência. Acho que não é ousadia demais sonharmos a curto prazo e trabalharmos para implementar o curso de medicina na Universidade Estadual. Vossa Excelência tem o nosso apoio, tem ressonância a sua propositura junto à sociedade. Sabemos da real necessidade de profissionais médicos no nosso Estado, principalmente no interior do Estado e, temos que buscar mecanismos

para formar os nossos médicos, principalmente aqueles que têm suas raízes no interior do Estado. É inadmissível termos uma cidade com a realidade de Rorainópolis. Ontem mesmo eu recebi um policial na minha casa que veio fazer um tratamento médico simples aqui na capital porque não tinha um médico com a especialidade do seu caso em Rorainópolis. Vossa Excelência imagina o Uiramutã, que tem que se amparar nos médicos do pelotão do Exército que está fazendo o policiamento de fronteira. Em Bonfim não é diferente, em Normandia, se não fossem os médicos ligados ao Exército, a população também ficaria desamparada. Então, o seu projeto tem todo o nosso apoio. Deputado, Vossa Excelência a de convir com a gente que precisamos de imediato dar um norte para a Universidade Estadual. Fiz aqui aquela audiência pública, tive o maior interesse, estou acompanhando junto à equipe técnica da Assembleia para que possamos juntar todas aquelas falas e proposições que foram feitas para encaminhá-las ao Reitor. Constatamos aqui, ouvimos do próprio Reitor, as interferências políticas dentro da UERR. Devemos apoiar o Reitor a banir aquelas interferências políticas que ele colocou aqui como um empecilho para o bom funcionamento da UERR. Nós ouvimos os professores, os alunos pedindo transparência, uma gestão mais democrática na UERR. Eu acho que ao fazermos o nosso dever de casa dentro da UERR, teremos muito mais força para trazeremos esse curso de medicina para o Estado. Eu percebo que Vossa Excelência tem buscado subsídios para defender com veemência essa questão e, está demonstrando que temos professores qualificados. Há a necessidade de formarmos esses profissionais, a UERR tem a estrutura para isso, basta priorizarmos o orçamento da Universidade. Mais uma vez peço a Vossa Excelência, apoio, como Presidente da Comissão, para que possamos fazer o dever de casa, organizar a UERR para nos próximos anos atendermos de maneira satisfatória os cursos já existentes, para que possamos nos orgulhar daqui um ano, quando sair a nova pesquisa da qualidade do ensino e, não termos a UERR como a última colocada no ranking de qualidade e educação dentro das universidades do Brasil, como é do conhecimento de todos. Gostaria de pedir a Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Educação, pois estive recentemente visitando a secretária de educação, para acompanharmos essa licitação do transporte escolar, haja vista que serão cancelados todos os contratos que existem, uns que já expiraram e outros que eram contratos emergenciais e, em breve, estará havendo uma nova licitação de todas as rotas de transporte escolar do nosso Estado. Eu tenho andando bastante pelo interior e tenho recebido muitas reclamações sobre o atendimento do transporte escolar, a exemplo do Taboca, Alto Alegre, Caroebe. É preciso que façamos essa licitação o mais transparente possível para que possamos selecionar aqueles empresários que realmente queiram trabalhar. Preocupou-me quando recebi alguns empresários na minha casa que trouxeram a seguinte recomendação do MEC: o transporte escolar tem que se dar com carros entre um ano e no máximo sete anos de uso. O Edital que está se construindo prevê até 10 anos de uso, ou seja, ultrapassa a recomendação. O Estado não é obrigado a atender a recomendação, mas o Edital está vindo com esse prazo, com ressalva às empresas que vão ganhar a licitação que terão prazo de 60 dias para renovar sua frota e colocar os carros com menos de 7 anos. Eu queria pedir de Vossa Excelência, já que a secretária se colocou à disposição, chamarmos a secretária na comissão de educação e ouvirmos dela essas explicações, para sabermos quais as rotas que serão licitadas, quais as empresas habilitadas. O ideal é designarmos uma comissão de Deputados para acompanhar de perto essa licitação. Vossa Excelência lembra muito bem que na licitação da terceirização da manutenção e limpeza das escolas houve de um tudo, de interferência política, favorecimento de a ou b, resultando na suspensão da licitação. Não podemos cometer esse equívoco na licitação do transporte escolar. Assim como Vossa Excelência, eu não tenho interesse, nem parente nem aderente que tenha interesse nessa licitação. Nesse sentido, temos todas as possibilidades de acompanhar de perto essa licitação que vai perdurar durante os próximos dois anos.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Atendendo seu pedido, vou entrar em contato com a secretária para que a gente busque essa transparência e para que tudo transcorra normalmente dentro das necessidades de cada escola do nosso Estado. Deputado Célio, eu fiz esse discurso porque existem dois projetos de suma importância para o Estado e que têm a ver com o curso de medicina. Eu sei que o curso de medicina não é um projeto que pode ser feito de hoje para amanhã, mas de hoje para daqui uns 15 anos. Eu obtive a informação de que no Acre já estão trabalhando para implantar o curso de medicina em 2015, em Rondônia haverá o primeiro vestibular no final de 2014 e nós ficamos

para trás. O meu projeto não é para criar o curso de medicina no vestibular agora, mas o começo de um projeto para daqui a dois, três anos podermos implantar o nosso curso de medicina.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pelo oportuno pronunciamento, eu ia me pronunciar na mesma linha das suas colocações. Quando eu falo da questão do curso de medicina, não é que eu seja contra a instalação do curso, mas acredito que a nossa Universidade Estadual deve ser enxugada, melhorada em relação ao orçamento, precisamos colocá-la nos trilhos do objetivo para o qual ela foi criada. Desvirtuaram esse objetivo quando se criou a Universidade e foi esse próprio Reitor que a pulverizou de cursos. Naquele tempo, eu participei das audiências públicas em cada localidade. Era a população da localidade que escolhia os cursos e quando criamos a universidade, o principal objetivo dela era atender as necessidades daqueles cursos que não tínhamos. Na época, em Boa Vista, nós tínhamos 30, 40% dos nossos professores com o curso de magistério incompleto e, ela foi criada para suprir essa necessidade, para que fosse voltada para o curso do Magistério, principalmente nos municípios onde iríamos dar uma qualificação ao professor. Quando se montou o curso de enfermagem no Alto Alegre eu fui contra. Resultado, o curso de enfermagem lá terminou com dois alunos. Não podemos chegar aqui e dizer que quem mora em Boa Vista não pode fazer o curso no Alto Alegre. Aí as pessoas daqui ocupam 90% das vagas e criam um problema para o prefeito local, pois querem o transporte escolar, o próprio professor tem essa dificuldade. Ao mesmo tempo em que criamos a Universidade, vivenciamos esses problemas e temos que encontrar uma solução para resolvê-los. O que me preocupa é o valor do custo do curso de medicina. O que precisamos para a implantação desse curso é montar laboratórios, que são coisas caras, dar a estrutura mínima para que possamos formar profissionais pelo menos com as mínimas qualidades para exercer a profissão de médico, porque amanhã, nós que já estamos caminhando para a terceira idade, vamos ser os primeiros a utilizar o serviço desses profissionais. Essa é a minha preocupação. Eu louvo a sua iniciativa. Nós podemos ir montando a estrutura e repactuando algumas ações com a universidade. E, fico feliz quando o senhor diz que já temos doutores suficientes na universidade que podem ministrar o curso, porque vieram de outros cursos. Quando o Deputado fala da questão dos médicos do interior, mesmo que se forme profissionais aqui em Roraima com aquelas cotas para os municípios, estabelecendo que eles têm que ficar dois anos no município, talvez esse não seja o grande problema, porque o maior de não termos a fixação dos médicos no município é o financeiro. A gente contrata um médico por 4 mil reais por quarenta horas neste Estado. Vamos fazer alguma coisa para passar para 10 mil, mas as outras classes de trabalhadores da saúde fazem greve para não passar. Sabe quando você vai trazer um profissional de qualidade para Roraima para ganhar 4 mil reais? Nunca. Meu filho faz residência em Manaus. Ele tira dois, três plantões nos finais de semana e ganha dez mil. Então, o que ele vem fazer num município que não tem acesso nada, não tem acesso à cultura, ao lazer, se também não há o atrativo que é o financeiro. As prefeituras que eram quem davam essa ajuda hoje estão quebradas. O governo federal mantinha o programa médico da família, programa que praticamente acabou. Precisamos repensar nessas questões. Hoje, temos dificuldade para encontrar profissionais de qualidade não é só nos municípios não. Aqui na capital, temos dois neurologistas, dois pneumologistas para atender uma população de 400 mil habitantes e pode colocar anúncio para pagar 10 mil para ver se algum quer vir para cá. Abriu concurso público para médico e ninguém se inscreveu, não perderam tempo nem para pagar a taxa de matrícula. Nós precisamos repensar a saúde do Estado de Roraima.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Estive nessa semana na Secretaria de Educação. Na Rede Pública de ensino ainda há 600 professores apenas com o magistério. Com relação a salário, eu não sei se os senhores viram que a prefeitura abriu concurso, e a recomendação, apesar de ninguém se inscrever, ainda foi fortalecida no jornal com uma nota da associação, dizendo que ninguém poderia se inscrever num concurso daquele tipo. Atrair profissionais de medicina para cá com salário menor do que um professor que tem contrato de 20 horas pela prefeitura e pelo Estado, é impossível. Hoje, temos especialistas no Estado. Nós temos dois neurologistas, mas os cardiologistas estão se afastando, pois com esse salário de quatro mil reais para uma jornada de 40 horas, eles estão pedindo licença sem remuneração. Então, a própria Assembleia está causando um dano irreparável à saúde quando não analisa bem esse Projeto. Dos

especialistas, que são 22, com carga horária de 40 horas, acho que a maioria já pediu licença sem remuneração, o que faz com que a saúde no Estado fique cada vez mais fragilizada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Senhor Presidente, eu encerro o meu pronunciamento com muito orgulho, escutando dois Deputados da maior experiência aqui na nossa Casa e pedindo a esses dois Parlamentares que votem favorável a um Projeto que vamos votar aqui, posto que é de suma importância para a Assembleia resolver os problemas do nosso povo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais Oradores inscritos, passaremos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 042/12, que “Dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos, processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Roraima, revoga a Lei 826, de 24 de novembro de 2011, e dá outras providências”; de autoria Governamental; do Projeto de Lei nº 047/12, que “cria a Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos – CNCDO, do Estado de Roraima, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências”, de autoria Governamental; da Moção de Pesar nº 018/12, pelo falecimento do Senhor Euclides José de Souza Silva, mais conhecido como Tide, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; da Moção de Pesar nº 019/12, pelo falecimento do Senhor Emerson Luiz Rodrigues Palheta, de autoria do Deputado Chicão da Silveira, e do Requerimento nº 045/2012, que requer a inclusão para tramitação em Regime de Urgência Urgentíssima, do Projeto de Resolução Legislativa, de autoria de vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 042/12, bem como do Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 042/12, bem como o Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esse Projeto vem substituir um projeto de minha autoria e do Deputado Naldo da Loteria que foi aprovado por unanimidade aqui, nesta Casa, e sancionado pelo Governador em exercício, Chico Rodrigues. Ele foi transformado em lei e o atual Governador pediu que fosse feito a regulamentação e a ADERR, juntamente com a Secretaria de Agricultura, encontrou algumas dificuldades em fazer esse trabalho de regulação. Dessa forma, se reunia com o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Agricultura, com vários órgãos públicos do segmento estadual e municipal inclusive, foi discutido com o Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Saúde e dos órgãos federais competentes, para deliberarem sobre o assunto. Deputado Chicão, Vossa Excelência que é um dos representantes do setor produtivo sabe que esse projeto ficou mais completo, mais substanciado e vai atender todo o seguimento do setor produtivo e do setor primário. Enfim, esse projeto vai atender o pequeno produtor porque produza, adquira o selo artesanal a partir da priorização da higienização, ou seja, do processo de manipulação de alimentos e higienização do local adequada as normas vigentes. Com isso, ele vai poder colocar o leite, o queijo, os derivados das abelhas, o peixe, os derivados da carne, como a paçoca, no sentido de resgatar os nossos hábitos alimentares e trazer a possibilidade real da comercialização nos comércios locais e supermercados livres. Portanto, esse projeto vai substituir o projeto de minha autoria e do Deputado Naldo da Loteria.

Peço aos Deputados da oposição que votem pela aprovação do projeto, pois ele vai atender sim o nosso setor produtivo. Quero parabenizar o ato de mandarem esse projeto e enfatizar que depois de muita insistência desse parlamentar na ADERR e nas equipes que norteiam o atual governo, ele chegou até nós.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, quero discutir esse projeto lembrando a esta Casa que há um simbolismo importante quando nasceu com os autores Deputados Brito e Naldo. Mas como pelos trâmites caiu na nossa mão para relatar, e nós constamos que apesar do projeto ser extremamente muito importante, contudo carregava consigo o vício da inconstitucionalidade, lamentavelmente um dos grandes problemas que nós do parlamento vivemos, naquele momento sugeri aos autores justamente que tentassem a negociação para que convencessem o executivo a aproveitar a ideia que é boa e, a partir disso, mandarem via normal, no caso o projeto, onde fomos o relator e votamos plenamente favorável,

porque o projeto foi melhorado, foi ampliado seu leque e vem ao encontro, ao benefício de uma classe carente dos instrumentos criados por esse projeto, que é classe dos agricultores da agricultura familiar. Portanto, quero deixar esse registro e consultar meus pares para votarmos a favor do projeto que certamente vai trazer uma contribuição expressiva para a nossa agricultura familiar.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, caros colegas, eu quero saudar a vinda desse projeto aqui para esta Casa e, da mesma maneira, reconhecer o esforço dos Deputados Naldo da Loteria e Brito Bezerra para aprovação desse projeto. A Legislação de Vigilância Sanitária que ainda está em vigor no Brasil, é uma legislação da década de 50 ou 60, não tenho certeza. Então, estamos falando de uma lei, certamente, de mais de 50 anos, antiga, retrógrada, higienista, que não permite que nenhum tipo de produto artesanal seja consumido ou circule no Brasil. E hoje, o que faremos aqui é dar um grande passo, passo que o Brasil inteiro deveria dar no sentido de apoiar o pequeno produtor rural. O que nós estamos fazendo aqui é mantendo padrões sanitários, mas que deem a condição àquele que vive de forma mais isolada, àquele mais humilde, de poder também fazer a sua produção.

Eu espero que o Estado consiga praticar bem essa lei e que ela seja o caminho para o desenvolvimento do interior do Estado. A situação do Interior é precária, há pouco o Deputado Joaquim Ruiz tratou junto com o Deputado Célio, da questão da saúde no interior do Estado. E não é só esse o problema, a saúde é uma questão muito vinculada à qualidade de vida, a renda e aí, tenho certeza que as pessoas do interior, os pequenos produtores rurais, com mais condição econômica, certamente vão ter uma chance de viver melhor e vão demandar até menos o serviço de saúde.

Então, fico aqui satisfeito, contente. Semana passada já havia conversado com o representante do sindicato dos produtores rurais aqui de Boa Vista que já havia me cobrado a aprovação desse projeto. Hoje, nós daremos um grande passo. Então, parabéns aos Deputados que propuseram essa medida anteriormente, parabéns ao Governo do Estado, ao Vice-Governador Chico Rodrigues e a Presidente da ADERR que aperfeiçoaram o projeto e deram condições para que ele fosse efetivado. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira)- Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir o projeto, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica, conforme o parágrafo 4º do artigo 232, do Regimento Interno. Os Senhores Deputados, querendo justificar o voto, têm um minuto.

Votando “sim”, os Senhores Deputados estrarão aprovando o Projeto, e não, rejeitando-o.

Solicito abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio- Senhor Presidente, conforme orientação do nosso líder, solicitamos a bancada de oposição votar sim, por entender que é um dos poucos projetos de iniciativa do Executivo que vêm a fortalecer o pequeno agricultor. Com isso, estamos falando de geração de renda e emprego no nosso Estado que está realmente precisando dessa geração, haja vista que a economia do contracheque já extrapolou todos os seus limites. Então, a nossa orientação é para votarmos sim.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Dou por aprovado o Projeto de Lei 042/12, com 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro que proceda à leitura do Projeto de Lei 047/12, bem como do Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Projeto de Lei nº 047/12 e o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco-o em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica, conforme o parágrafo 4º do artigo 232, do Regimento Interno. Os Senhores Deputados, querendo justificar o voto, têm um minuto.

Votando “sim”, os Senhores Deputados estrarão aprovando o Projeto, e não, rejeitando-o.

Solicito abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, pelo que sei, o Deputado Chico Guerra não pode votar. Quando ele registra a presença na Casa, registra que é o Presidente e o Presidente não vota, a não ser em Sessão secreta. Portanto, Vossa Excelência, Deputado Chicão, pode votar porque está presidindo, pois para o painel Vossa Excelência não é o Presidente. Então, Vossa Excelência vota e ele não.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – O Deputado Chico Guerra pode registrar seu voto de forma verbal.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Quero perguntar ao Deputado Mecias onde está escrito isso no Regimento?

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Vossa Excelência deveria saber que isso não está no Regimento, está no painel. Vossa Excelência já tentou de várias maneiras votar e não conseguiu.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 047/12, com 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 18/12, bem como do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalser Renier) - Lida a Moção de Pesar e o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Pesar nº 018, pelo falecimento do Senhor Euclides José de Sousa Silva, mais conhecido Tide, de autoria do Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Presidente, Deputado (Chicão da Silveira) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 19/12, bem como do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalser Renier) - Lida a Moção de Pesar e o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de pesar nº 019, pelo falecimento do Senhor Emerson Luis Rodrigues Palheta, de autoria do Deputado Chicão da Silveira.

O Senhor Presidente, Deputado (Chicão da Silveira) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 045/12, que requer, após ouvido o Plenário, a inclusão no Ordem do Dia, em regime de urgência, urgentíssima, o Projeto de Resolução Legislativa que dispõe sobre as normas a serem observadas nos atos constantes no inciso 22 do artigo 33 da Constituição do Estado, e dá outras providências.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Jalser Renier) - Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Chico Guerra pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência o adiamento de votação desse Requerimento, até porque, a matéria já foi regulamentada, a Resolução já está pronta, regulamentada e assinada, e amanhã já estará no Diário Oficial, logo, não há necessidade de votar o Requerimento. Por isso, requero a Vossa Excelência a retirada de pauta do Requerimento.

O Senhor Presidente, Deputado (Chicão da Silveira) – Atendendo a solicitação do eminente Deputado Chico Guerra, retiro a matéria da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Não havendo mais nenhuma matéria constante da Ordem do Dia, passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Gostaria de usar o Expediente de Explicações Pessoais para convocar os eminentes Deputados Ângela Águida Portella, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Jean Frank e Soldado Sampaio para uma reunião assim que encerrar a Sessão Plenária. E também, gostaria de usar esse Expediente para prestar minhas condolências à família do TIDE, sem dúvida uma pessoa que já deu a sua contribuição para este Estado na Companhia de Águas e Esgotos de Roraima. Peço a Deus que conforme a família e dê a todos o conforto que eles merecem pela passagem de seu ente tão querido. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Uso o Expediente de Explicações Pessoais para pedir novamente ao Presidente do IPER os extratos das aplicações feitas tanto no Banco Público, quanto nos Bancos privados, para acompanharmos as explicações. Recebi, agora há pouco, e já foi passado à Comissão de Orçamento, todos os extratos. Sei que não tenho todo o conhecimento técnico para avaliar e apurar

essas aplicações, mas gostaria, desde já, de pedir ao Presidente da Casa, juntamente com a Comissão de Orçamento, como já foi acordado, que fossem designado pessoas tecnicamente qualificadas desta Casa, ou, se for necessário, requerer pessoas do Tribunal de Contas, para apurarmos tecnicamente esses números apresentados através dos extratos. Vou fazer algo paralelo, vou acompanhar junto com o Deputado Flamarion. E, sabemos que teremos dificuldades nas questões técnicas, por isso, desde já, fica o nosso pedido ao Presidente da Casa que nos indique pessoas que tenham conhecimento sobre a matéria para poder assessorar a Comissão de orçamento. De posse do parecer do Tribunal de Contas, já sabemos que há diversos indícios de irregularidades, como, por exemplo, na escolha do investimento, nas taxas, na forma como foi feita, na composição do Conselho Previdenciário, bem como na composição do comitê de investimento. Na questão numérica, para sabermos se houve perdas, ganhos ou prejuízos, só depois que analisarmos extrato por extrato, aplicação por aplicação, dá a necessidade de pedirmos o apoio técnico para tal análise. Gostaria de registrar, também, que chegou para a oposição, deve ter chegado também ao Presidente da Casa e ao Líder do Governo, um documento de várias entidades, sindicatos e associações que representam os servidores, demonstrando suas preocupações diante de todas essas informações que estamos recebendo com relação à questão do IPER e, neste documento, elencaram alguns dados recolhidos no Tribunal de Contas e estão fazendo um manifesto pedindo a criação da CPI, como foi requerido pelo Deputado Flamarion ontem, na Sessão. A Comissão de Orçamento, o Tribunal de Contas, os servidores que contribuem para o IPER, esta Casa e todos os interessados neste assunto estão extremamente preocupados e exigem desta Casa providências, não querendo saber se vai ser através da CPI, da Comissão de Orçamento, da Comissão de Planejamento, de Administração. O que eles estão demonstrando através deste documento, é que estão preocupadíssimos com sua contribuição previdenciária. E nós, como representantes do povo e que temos o dever de fiscalizar os atos do Executivo, temos que dar uma satisfação imediata a esses trabalhadores, principalmente pelos indícios apontados pelo Tribunal de Contas, pela imprensa, pelas informações trazidas a este Plenário tanto pelos Deputados da base governista, quanto pelos Deputados da oposição e também pela mídia local. Fiz questão de encaminhar para cada sindicato e para cada associação os documentos encaminhados pelo IPER cobrando do Executivo, do Senhor Sérgio Pillon, do Governador, principalmente no que diz respeito a Saúde, o repasse do IPER patronal que não está sendo repassado para o IPER, assim como o repasse descontados dos segurados que também não estão repassando e que são descontados no contracheque, cujo governo fica como fiel depositário e não está repassando para o IPER, ou seja, neste momento, o Governo é o depositário infiel, e para o depositário infiel, principalmente para o pequeno devedor, é cadeia imediata, o que está previsto na legislação brasileira. Portanto, toda a preocupação dos sindicatos, das associações, dos servidores e dos parlamentares é válida e, cabe a esta Casa se pronunciar o quanto antes. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado (Chicão da Silveira) – Solicito à assessoria da Casa que tome as providências necessárias para atender ao pedido do Deputado Soldado Sampaio. E, não havendo quem queira mais usar o Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão, convocando outra para o dia 08 de novembro, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 08/11/2012

## ATAS COMISSÕES

**ATA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º 021/12, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO 2012, PARA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E RELATOR.**

Aos vinte dia do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às onze horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, Criada através da Resolução n.º 021/12, para nos termos do Ato Normativo n.º 001/12 e

Requerimento n.º 046/12 ouvir o senhor **Jorge Everton** Diretor-Presidente do DETRAN/RR. Composta pelos Senhores Parlamentares: **Joaquim Ruiz, Flamarion Portela, Coronel Chagas, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria. ABERTURA:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos Candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Deputados: **Joaquim Ruiz, Flamarion Portela, Coronel Chagas e Naldo da Loteria.** Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados: Para Presidente, o Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**; para Vice-Presidente, o Deputado **Flamarion Portela**; e para Relator, o Deputado **Coronel Chagas.** Logo após a eleição, o Senhor Presidente, Deputado **Joaquim Ruiz** estando com a palavra agradeceu a todos pela escolha do seu nome, informando à Comissão que a próxima reunião será dia 05 de dezembro do corrente ano às quinze horas na Sala de Reuniões desta Casa de Leis, quando na oportunidade receberá o Senhor **Jorge Everton** para prestar esclarecimentos a esta Comissão, conforme o Ato Normativo e Requerimento acima epigrafados. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e quarenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Joaquim Ruiz**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 11/12/12

## REUNIÃO DAS COMISSÕES EM CONJUNTO REALIZADA NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às onze horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à verificação de *quorum*, constatada a presença de 15 (quinze) Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Joaquim Ruiz, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos o **Projeto de Lei n.º 054/12**, de autoria do Poder Executivo, que, “Altera dispositivos da Lei n.º 017, de 25 de junho de 1992, que dispõe sobre a composição e organização do Conselho Estadual de Saúde”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou a Senhora Deputada Aurelina Medeiros para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que a Senhora Relatora emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente constatou na meda dos trabalhos o Projeto com Parecer, e o incluiu na ordem do dia da Comissão. **Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n.º 054/12.** Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão pelos Membros presentes na Reunião. **2) Projeto de 049/12**, de autoria do Poder Executivo, que “Cria os Cargos de cirurgião-dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências”. Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Favorável com Emendas. O Senhor Presidente solicitou à Senhora Relatora proceder à leitura do Parecer. Esta, antes de proferir a leitura do Parecer, informou à Comissão que houve a necessidade de algumas adequações, com as seguintes redações: **Emenda Aditiva n.º 001/12** - Adita-se Parágrafo único ao art. 1.º, “Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a fixar a jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias para os Cirurgiões-Dentistas, ocupantes de cargos efetivos nos

órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, com vencimentos proporcionais à jornada de 40 (quarenta) horas semanais”; **Emenda Aditiva nº 002/12** - Adita-se os seguintes artigos renumerando-se os demais, “**Artigo** - Fica instituída a Gratificação Permanente de Atividade Médica – GAM, em caráter permanente, no percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico, para os ocupantes dos cargos efetivos de médico em regime de 40 (quarenta) e 20 (vinte) horas semanais; **Artigo** - O adicional Permanente de Função no percentual de 150% (cento e cinquenta por cento), instituído pela Lei nº 598, de 11 de junho de 2007, concedido aos profissionais médicos, optantes pelas 40 (quarenta) horas em regime de Dedicção Exclusiva, passa a denominar-se Gratificação Permanente de Atividade Médica – GAM; **Artigo** - O *caput* do artigo 6º da Lei nº 598, de 11 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação: “Fica autorizado o trabalho em regime de Plantão, no Sistema Estadual de Saúde do Estado de Roraima, a ser regulamentado por Decreto Governamental”; **Artigo** - As despesas, decorrentes desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado de Saúde; **Artigo** - Ficam revogados os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 12º, da Lei nº 598, de 11 de junho de 2007; e **Emenda Modificativa nº 001/12** - No Anexo II, onde consta o cargo de Técnico em Saúde Bucal, passa a ter a seguinte redação: Acrescentar nos requisitos para preenchimento do cargo Inscrição no Conselho Profissional – CRO/RR. Participar do treinamento e capacitação de Auxiliar de Saúde Bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde; participar das ações educativas na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais; participar na realização de levantamento e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista; fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista; supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal; realizar fotografias e tomadas de uso odontológico exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas; inserir e distribuir, no preparo cavitário, materiais

odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista; proceder à limpeza e à antisepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos, inclusive, em ambientes hospitalares; remover suturas; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; realizar isolamento do campo operatório; exercer toas as competências no âmbito hospitalar, bem como instrumentar o cirurgião-dentista em ambientes clínicos e hospitalares. Logo após a explanação das Emendas pela Senhora Relatora, o Senhor Presidente colocou-as em discussão. Não havendo discussão, foram submetidas à votação, sendo acatadas pelos Senhores Membros, presentes na Reunião. Em seguida, a Senhora Relatora proferiu a leitura do Parecer com a adoção das Emendas apresentadas, o qual foi posto em discussão. Não havendo discussão, o Parecer com as Emendas foi submetido à votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na Comissão. **3) Projeto de Lei Complementar nº 011/12**, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que, “Altera dispositivos e anexos da Lei Complementar nº. 142, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar Estadual nº. 175, de 26 de janeiro de 2011, pela Lei Complementar Estadual nº. 177, de 05 de maio de 2011, pela Lei Complementar Estadual nº. 189, de 02 de dezembro de 2011, e pela Lei Complementar Estadual nº. 195, de 22 de março de 2012; e dá outras providências”. Relator, Deputado Jean Frank. Parecer Favorável com Emenda. Devido ao impedimento do Relator, por motivos particulares, o Senhor Presidente designou novo Relator, Deputado Coronel Chagas, o qual requereu prazo para emissão do Parecer, concedido pela Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às onze horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Rodrigo Jucá**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 11/12/12

**SOS**  
  
**HOSPITAL**  
**DA CRIANÇA**

**FAÇA SUA PARTE !!!**

# SOS



## HOSPITAL DA CRIANÇA

**FAÇA SUA PARTE !!!**

**Doe alimentos  
não perecíveis e  
outros produtos.**

**Informações e doações pelo telefone:**

**(95) 4009 5578**

Realização



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RORAIMA